

Justiça sequestra valores para pagamento de débitos com HST

Caso não haja acordo entre município e instituição, IPM poderá ser utilizado para o fim

Por Leandra Lima

O juiz da 4ª Vara Cível, Jorge Luiz Martins, acolheu nesta terça-feira (10) o pedido de sequestro, na modalidade “teimosinha”, de cerca de R\$ 29 milhões das contas do município de Petrópolis para quitar débitos com o Hospital Santa Teresa (HST). No entanto, caso haja acordo entre as partes até o dia 24 de fevereiro, a medida poderá ser suspensa.

O magistrado destacou ainda que, se não houver resolução, poderá ser determinado o bloqueio do Índice de Participação dos Municípios (IPM), com a transferência dos valores diretamente para uma conta judicial vinculada ao processo.

A modalidade conhecida como “teimosinha” permite a realização de bloqueios reiterados nas contas até que o valor determinado pela Justiça seja efetivamente encontrado.

Acordo entre as partes

A advogada que representa o Hospital Santa Teresa, Graziela, informou que, na última sexta-feira (4), a instituição recebeu do município uma proposta de acordo para quitação de R\$ 27.275.000 do valor devido, a ser pago em 14



Leandra/Lima

Prefeitura declarou em juízo que os pagamentos iniciais começarão em 13 de março

parcelas. Diante da proposta, o HST concordou com a medida, mas destacou que foram excluídos do acordo os valores referentes à fonte estadual, no montante de R\$ 1.597.062,64, que permanecem pendentes de recebimento. “Conforme informado neste ato pela ilustre promotora de Justiça, Vanessa Katz, o valor referente ao complemento dos 10 leitos de UTI

será objeto de ajuizamento de ação própria de cobrança, bem como já houve bloqueio judicial da conta do Estado referente aos valores de hemodiálise”, afirmou a advogada.

Em relação aos repasses do cofinanciamento do SUS, foram protocolados pedidos de pagamento no montante de R\$ 8.547.851,03. Desse total, R\$ 3 milhões já foram pagos pelo mu-

nícipio. Permanecem pendentes R\$ 349.907,24, com nota fiscal já emitida, além de R\$ 4.411.530,64 que ainda aguardam liberação por parte da Prefeitura.

Como serão os pagamentos

O procurador da Saúde do município, Marcelo Luis de Souza, declarou em juízo que os pagamen-

tos começarão em 13 de março de 2026, com a primeira parcela no valor de R\$ 1.948.265,24. O término está previsto para 15 de março de 2027. Conforme apresentado pela Prefeitura, o acordo prevê 14 parcelas, detalhadas em planilha anexada aos autos. A proposta ainda aguarda homologação judicial.

Histórico de dívidas

O histórico de dívidas com o hospital foi herdado de gestões anteriores, o que colocou em risco alguns serviços regulados pela unidade conveniada ao SUS, como o setor de ortopedia.

A unidade ingressou com ação na Justiça em 2023, alegando desequilíbrio financeiro do contrato e atrasos nos pagamentos por parte da Prefeitura. Em 2024, o HST registrou déficit financeiro de R\$ 6.681.000,00. Também foram apontados os déficits de 2022 e 2023, que somaram R\$ 26.932.000,00 e R\$ 16.095.000,00, respectivamente.

Parte da dívida já foi quitada, mas o passivo voltou a crescer até atingir cerca de R\$ 29 milhões. Se o acordo for homologado pela Justiça, o município fará o pagamento de forma parcelada, sem prejuízo dos repasses referentes aos serviços prestados ao longo de 2026.

MPF convoca audiência pública para debater concessão da BR-040/495

O Ministério Público Federal (MPF) realizará, no dia 10 de março, uma audiência pública para debater aspectos jurídicos, técnicos e de gestão participativa relacionados à concessão da Rodovia BR-040/495, no trecho entre Juiz de Fora (MG) e o Rio de Janeiro (RJ). A iniciativa busca ampliar a transparência, garantir o controle social e ouvir a sociedade sobre temas de grande impacto para usuários da rodovia e comunidades do entorno.

A audiência será realizada a partir das 13h30, no salão nobre da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), em Petrópolis (RJ), e é aberta a toda a sociedade. O encontro foi convocado para instruir inquéritos civis instaurados pelo MPF que acompanham o processo de concessão da rodovia.

Durante a audiência, serão debatidas as principais obras e intervenções previstas, com detalhamento do cronograma de execução, além da atuação da concessionária Elovias S.A., especialmente no que se refere aos



Thiago Alvarez/CM

Segundo o MPF, a tarifa do pedágio subiu 45% após a Elovias assumir a concessão em outubro do ano passado

trabalhos iniciais e aos serviços de conservação da rodovia federal. Outro ponto central do debate será a tarifa básica de pedágio, com explicação sobre os itens que compõem o cálculo e os fatores que podem influenciar o valor cobrado dos usuários.

Também haverá espaço para tratar de outros temas demandados pela sociedade civil, permitindo que cidadãos, entidades e especialistas contribuam com questionamentos, críticas e sugestões.

Audiência pública

Os trabalhos serão coordenados pelo MPF e contarão com apresenta-

ções presenciais da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da concessionária Elovias S.A., da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes e da Infra S.A.. As exposições serão feitas em linguagem acessível ao público e terão tempos previamente definidos, podendo ser ajustados conforme a dinâmica do debate.

Após as apresentações institucionais, será aberto espaço para manifestação do público, seguido do encerramento com a apresentação, pelo MPF, dos principais pontos debatidos e dos encaminhamentos adotados.

A audiência será gravada em

áudio e vídeo, e será lavrada ata dos trabalhos, que ficará disponível ao público.

Participação da sociedade – Os interessados poderão se manifestar oralmente ou por escrito. As manifestações orais seguirão a ordem de inscrição, mediante identificação do participante. O tempo de fala será definido de acordo com o número de inscritos e a duração total do evento.

As contribuições por escrito podem ser encaminhadas, preferencialmente até 24 horas antes da audiência, para o e-mail prpj-prmpetropolis-gab3@mpf.mp.br. Também será possível enviar contribuições por escrito até cinco dias após a realização da audiência.

Além disso, sugestões de temas a serem debatidos podem ser encaminhadas até dez dias antes do evento, pelo mesmo endereço eletrônico.

Atuação

A convocação da audiência pública integra um conjunto mais amplo de medidas adotadas pelo MPF para reforçar a fiscalização da nova concessão

da BR-040/495. Desde a assinatura do contrato entre a ANTT e a concessionária Elovias S.A., o MPF tem intensificado a atuação para assegurar transparência no cálculo das tarifas de pedágio e celeridade na execução das melhorias urgentes, especialmente na Serra de Petrópolis, trecho historicamente marcado por precariedade estrutural e riscos à segurança viária após anos de problemas sob a antiga gestão da Concer.

Nesse contexto, o MPF instaurou procedimentos específicos, promoveu reuniões técnicas com a ANTT, a concessionária e órgãos de controle, e requisitou estudos de viabilidade e informações detalhadas sobre a formação da tarifa básica e o chamado Plano de 100 Dias da Elovias. A audiência pública amplia esse diálogo com a sociedade, criando um espaço institucional para que usuários da rodovia, entidades civis e autoridades locais possam acompanhar, questionar e contribuir para o monitoramento da concessão, reforçando o controle social sobre um serviço público essencial.